



**CARTA ANUAL  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
E GOVERNANÇA CORPORATIVA**

**2022**

**ANO-BASE 2021**

São Paulo Parcerias S.A.

Em conformidade com o art. 8º, I, III e VIII da Lei Federal nº 13.303/2016, a Diretoria e o Conselho de Administração subscrevem a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa Referente ao exercício social de 2021.

## IDENTIFICAÇÃO GERAL DA SÃO PAULO PARCERIAS S.A.

**CNPJ nº** 11.702.587/0001-05.

**NIRE nº** 3530037729-0.

**Sede:** Rua Líbero Badaró, 293, 25º andar, cj. 25C, Centro Histórico, São Paulo/SP, CEP 01009-907.

**Tipo de estatal:** Sociedade de economia mista municipal.

**Acionista controlador:** Município de São Paulo.

**Tipo societário:** Sociedade por ações.

**Tipo de capital:** Fechado.

**Abrangência de atuação:** Municipal.

**Setor de atuação:** Serviços.

**Diretor de Relações com Investidores:** Rogério Ceron de Oliveira, Diretor-Presidente, (11) 3343-6000, [presidencia@spparcerias.com.br](mailto:presidencia@spparcerias.com.br)

**Audidores Independentes:** Staff Auditoria & Assessoria EPP.

Subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa		
Conselho de Administração		
Nome	Cargo	CPF
Rubens Naman Rizek Junior	Presidente	████417.058-████
Edson Aparecido dos Santos	Conselheiro	████627.178-████
Eduardo de Castro	Conselheiro	████064.758-████
Gustavo Garcia Pires	Conselheiro	████607.748-████
Juan Manuel Quirós Sadir	Conselheiro	████733.818-████
Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes	Conselheiro	████859.328-████
Mariana Matteucci Doher	Conselheira	████980.518-████
Diretoria Colegiada		
Nome	Cargo	CPF
Rogério Ceron de Oliveira	Diretor-Presidente	████717.208-████
Maíra Madrid Barbosa da Silva	Diretora	████025.808-████
Mariana Moschiar Almeida	Diretora	████972.488-████
Vanessa Pacheco de Souza Romão	Diretora	████151.378-████

## 1. POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, tem por objetivo demonstrar o comprometimento da São Paulo Parcerias S.A. (SP Parcerias / SPP) com a finalidade para a qual foi autorizada a sua criação, qual seja, estruturar e desenvolver projetos de parcerias público-privadas que viabilizam a consecução do Plano Municipal de Desestatização e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas da Cidade de São Paulo, nos termos da Lei Municipal nº 14.517/2007.

Nesse sentido, cumprindo a exigência prevista no art. 8º, inciso I, da Lei Federal nº 13.303/2016, por meio da presente, demonstraremos os impactos econômico-financeiros mensurados por meio de indicadores objetivos, bem como a manutenção do nosso compromisso com a ética, a transparência e a qualidade dos serviços prestados em prol da população paulistana, servindo de referência nacional.

### 1.1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Nascemos para atender o interesse público. Somos uma sociedade de economia mista integrante da Administração Pública Indireta do Município de São Paulo, vinculada à Secretaria de Governo Municipal (SGM). Nossa missão é promover bem-estar econômico e social por meio da estruturação, modelagem, entrega e apoio na fiscalização da execução de projetos de concessões e parcerias público-privadas, bem como pela exploração de determinados ativos, o que tende a tornar a gestão estatal mais eficiente nas mais diversas áreas de relevância social, incluindo a educação, a habitação, a mobilidade, a energia limpa, o lazer e a cultura.

Somos guiados pelos valores da ética, da transparência, do zelo pelos recursos públicos e da sustentabilidade e, orgulhosamente, afirmamos que a nossa visão de sermos referência nacional na gestão de Estado eficiente vem sendo concretizada com louvor – pelo terceiro ano consecutivo sagramos o Município de São Paulo como o ente federativo mais produtivo em concessões e parcerias público-privadas do País.

## 1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUAÇÃO DA SÃO PAULO PARCERIAS S.A.

Alicerçados na ética, na transparência e na valorização do capital humano em prol do sucesso e da excelência do trabalho prestado, atuamos desde a concepção inicial dos projetos de concessões e parcerias público-privados, passando por procedimentos de manifestação de interesse, procedimentos preliminares de manifestação de interesse, audiências e consultas públicas, interação com diversos órgãos de controle, suporte técnico para a publicação dos editais, realização das licitações e consequente assinatura dos contratos, e, a partir de 2021, também no suporte à fiscalização e à gestão contratual dessas insignes parcerias com o setor privado.

No intuito de tornar ainda mais eficiente a nossa área-fim, em agosto de 2021, foi criada a mais recente área da Companhia – a Gestão de Contratos das Parcerias, que tem como finalidade apoiar a materialização do projeto idealizado e firmado em prol da sociedade para a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários em geral, apoiando o Poder Concedente em reuniões e vistorias com as concessionárias e parceiros privados, auxiliando a fiscalização da execução das obrigações contratuais, dos cronogramas e das obras de mais de dez contratos já assinados.

## 1.3. METAS DE DESENVOLVIMENTO

Prestando nossos serviços com excelência, buscamos cumprir nossa missão de promover o bem-estar econômico e social por meio da entrega de projetos definidos como prioritários pela Administração no âmbito do Plano Municipal de Desestatização e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas.

Assim, nossa atuação promove inegável desenvolvimento econômico e social da cidade em pauta de destaque na agenda municipal, além de tornar mais eficiente a prestação de serviços e a exploração de determinados ativos. Com o maior programa municipal de concessões e parcerias público-privadas vigente no Brasil, buscamos reordenar a posição estratégica do Estado na economia, com vistas à concentração dos esforços e recursos públicos em serviços essenciais para a consequente melhoria de todas as atividades

envolvidas e destinadas à sociedade paulistana. Somos, portanto, ferramenta indispensável na concretização dessas políticas públicas de inegável relevância e impactos positivos já verificados nas áreas de educação, habitação, mobilidade, energia limpa, lazer e cultura.

#### 1.4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), somos uma estatal independente. Os recursos para custeio das nossas atividades são provenientes da contraprestação paga pelos serviços de assessoria técnica especializada que prestamos na estruturação, modelagem e apoio na fiscalização e gestão contratual dos projetos de concessões, parcerias público-privadas e demais instrumentos jurídicos ligados Plano Municipal de Desestatização e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas.

Atualmente tais atividades são prestadas à Secretaria de Governo Municipal (SGM) e à Secretaria Municipal de Educação (SME) – ambas do município de São Paulo, sendo possível, nos termos do nosso Estatuto Social, a expansão objetiva e subjetiva dos nossos negócios com outros órgãos e entes federativos, bem como com particular.

## 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

---

A Lei Federal nº 13.303/2016, em seu art. 8º, incisos III e VIII, exige a elaboração de *“carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”*. Nesse sentido, passamos a contextualizar as conquistas do exercício de 2021.

## 2.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – NOSSOS DESTAQUES DE 2021 E NOSSO IMPACTO NA SOCIEDADE

Em 2021, ampliamos a nossa carteira de projetos no âmbito do Plano Municipal de Desestatizações do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e, mesmo diante de um cenário ainda desafiador representado pela pandemia de COVID-19, fomos exitosos ao estruturar e desenvolver projetos relevantes e diversificados, de forte impacto econômico e social, nas áreas da educação, habitação, mobilidade, energia limpa, lazer e cultura. Com muita satisfação e sentimento de dever cumprido, fechamos 2022 com 11 projetos concluídos, com contrato assinado ou em fase de assinatura, e outros 13 em andamento. Com isso, pelo terceiro ano consecutivo, orgulhosamente sagramos o Município de São Paulo como o ente federativo mais produtivo em concessões e parcerias público-privadas do País.

Na área educacional, têm destaque o projeto de construção e operação de *5 novos Centros Educacionais Unificados (CEUs)* e o *chamamento público para a gestão administrativas de 12 outros já existentes*, além da parceria para o sistema de gestão de aprendizagem. Ainda, em vias de operação, temos a oferta de atividades culturais, práticas corporais, esportes, recreação e lazer e a operação das instalações e equipamentos e sua manutenção e limpeza em mais 12 CEUs que integram quatro blocos distribuídos nos extremos da cidade.

No âmbito social e habitacional, por sua vez, destacam-se a PPP para construção e operação de unidades habitacionais no centro da cidade, destinadas à *Locação Social*, assim como o chamamento para *Locação Social* de unidades habitacionais já concluídas, também na região central, e a PPP para construção e operação de infraestrutura para a população em situação de rua.

Com um escopo ambientalmente relevante e sustentável, a parceria de *Geração Distribuída*, carro-chefe do Programa Municipal de Energia Limpa, trará o benefício da energia solar fotovoltaica para Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e outros edifícios públicos municipais, como implantação de usinas em escolas municipais e aterros desativados.

Além disso, em 2021, demos continuidade aos projetos voltados à modernização de bens públicos, utilização do espaço público e à ampliação da oferta de atividades gratuitas de interesse coletivo, destacando-se os projetos do *Complexo Anhembi, Vale do*

*Anhangabaú e Parques Trianon e Mario Covas e Praça Alexandre de Gusmão.* Na mesma senda, permanece em curso o Programa de Ativação dos Baixos de Viadutos, com o *Baixo do Viaduto Antártica e Viaduto Guaianazes.*

Igualmente merece relevo os projetos relacionados à mobilidade, tais como a requalificação e operação de *31 Terminais Urbanos* nas áreas Noroeste, Sul e Leste da cidade. Para outras prestações de serviços aos munícipes, recebem destaque o projeto de *Serviços de Cemitérios, Funerários e de Cremação* e o projeto de *Sanitários e Bebedouros Públicos*, esta última com forte impacto social e em higiene e limpeza.

Em melhorias de infraestruturas, o *Naming Rights do Centro de Esportes Radicais* e o *Conjunto Esportivo Brasil Japão, ambos no Bom Retiro, e o Centro Esportivo e de Lazer Modelódromo*, próximo ao Parque do Ibirapuera.

## PROJETOS COM CONTRATO ASSINADOS EM 2021

### CONCESSÃO DO VALE DO ANHANGABAÚ

Celebrado em julho de 2021, o contrato de concessão do Vale do Anhangabaú tem duração de 10 anos e contempla a gestão, manutenção, preservação e ativação sociocultural de mais de 70.000 m<sup>2</sup> na região central da cidade. Também são contempladas localidades adjacentes, como o baixo do Viaduto do Chá, Viaduto Santa Ifigênia, Praça Ramos de Azevedo e Praça do Correio.

A parceria com a iniciativa privada renderá R\$ 6,5 milhões, por meio do pagamento de outorga fixa e irá gerar uma economia de R\$ 32 milhões aos cofres municipais. Além disso, a Concessionária deverá investir em torno de R\$ 46,2 milhões na revitalização da área e promover atividades de interesse público, como eventos de música, teatro e gastronomia.

Como resultado, a expectativa é que esses espaços se tornem destino de pessoas que procuram por opções de convivência e lazer, com acessibilidade, zeladoria e segurança, apoiando a requalificação da área central do Município.

## **CONCESSÃO DO COMPLEXO ANHEMBI**

O contrato de concessão de uso do Complexo Anhembi, celebrado em maio de 2021, prevê a reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo ao longo de 30 anos de contrato.

A concessão visa a revitalização, ampliação e modernização de todo o complexo, incluindo Sambódromo e Auditórios, por meio da realização de reformas e investimentos direcionados ao desenvolvimento do Distrito Anhembi, reposicionando o complexo nos cenários como o principal destino de eventos, feiras e convenções na América Latina, contribuindo para a expansão do turismo na capital.

Além de contribuir para a geração de empregos e renda no Município, a concessão propiciará benefícios econômicos diretos à Administração Pública estimados em mais de R\$ 2,6 bilhões, correspondentes aos investimentos a serem realizados, ao pagamento de outorgas, ao recolhimento de tributos municipais e, principalmente, à desoneração dos cofres públicos durante o período de operação do equipamento pela concessionária.

## **CONCESSÃO DO MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO “MERCADÃO” E KINJO**

Em abril de 2021, foi assinado o contrato de concessão dos icônicos Mercado Municipal Paulistano (Mercadão) e do Mercado Kinjo Yamato, localizados na região central da capital. O prazo de vigência do mencionado contrato é de 25 anos e tem como objetivo o restauro, a reforma, a administração, a operação, a manutenção, a vigilância e a limpeza, com direito de exploração comercial dos equipamentos.

O consórcio vencedor apresentou proposta financeira de R\$ 112 milhões, que representa ágio de 266% em relação ao valor mínimo exigido no edital. Além disso, estima-se a geração de benefícios econômicos em torno de R\$ 225 milhões, incluindo investimentos, outorgas e pagamento de impostos.



Entre os investimentos previstos, da ordem de R\$ 83 milhões, estão presentes a ampliação e construção de sanitários e fraldários, a instalação de iluminação adequada, a adaptação do sistema de aproveitamento de água, a correção de danos e a reconstituição da fachada, escadas rolantes e elevadores, a adequação à acessibilidade, a reconstituição e restauro das peças originais dos mercados, entre outros.

### **BAIXO DO VIADUTO OBERDAN CATTANI – “VIADUTO ANTÁRTICA”**

Com licitação concluída em 2020, com ágio de 33%, o contrato para o uso do Baixo do Viaduto Oberdan Cattani (Viaduto Antártica) foi celebrado em fevereiro de 2021, como parte do Programa de Ativação de Baixos de Viadutos, que visa o aproveitamento dos espaços públicos sob pontes e viadutos com potencial para diversas atividades.

O prazo desta concessão é de 10 anos e o contrato prevê a requalificação, a ativação sociocultural e a zeladoria do espaço pela concessionária que, em contrapartida, poderá explorar comercialmente a área concedida.

### **IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAIS PARA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA (1º LOTE DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA)**

No dia 14 de dezembro de 2021, foi assinado o contrato de parceria público-privada para implantação, operação e manutenção de centrais para geração distribuída de energia solar fotovoltaica destinadas ao suprimento da demanda energética de Unidades da Secretaria Municipal da Saúde, distribuídas pelas seis regiões da capital, que se beneficiarão dos créditos via geração distribuída.

O consórcio vencedor será responsável pela implantação, operação e manutenção das centrais geradoras que serão instaladas nas coberturas das UBSs, incluindo a gestão de compensação energética a partir dos créditos de energia gerados.

A previsão de produção é de cerca de 5,48 GWh no primeiro ano de operação, por meio da implementação de 3,45 MW de potência instalada junto à distribuidora de energia.

Primeira PPP de geração distribuída no Município de São Paulo, o projeto tem o potencial de gerar significativa redução de custos de energia elétrica para a Prefeitura, resultando em benefícios econômicos da ordem de R\$ 65 milhões nos 25 anos de concessão, além do evidente impacto ambiental decorrente do uso de fontes de energia limpa. Por meio do uso de fontes renováveis, tem o potencial de evitar a emissão de aproximadamente 24 mil toneladas de gases de efeito estufa por ano, equivalentes ao emitido por cerca de 15 mil carros de passeio.

#### **ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS – AVENIDA DOS BANDEIRANTES**

Por meio da concorrência pública nº 012/SGM/2020, realizada em agosto de 2021, foi alienado o imóvel municipal localizado na Av. dos Bandeirantes nº 5900, distrito da Saúde, com cerca de 3.200 m<sup>2</sup>, pelo valor de R\$ 7.700.001,00 (sete milhões, setecentos mil e um reais), e ágio de R\$ 1,00 (um real) sobre o valor mínimo estipulado por avaliação imobiliária. A presente alienação objetivou dar função social a um imóvel municipal não utilizado pela Prefeitura, desonerar os cofres municipais e executar a intenção de desmobilização dos ativos desafetados pelo poder legislativo.

#### **ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS – AVENIDA DOS BANDEIRANTES**

Por meio da concorrência pública nº EC 003/2021/SGM-SEDP, realizada em agosto de 2021, foi alienado o imóvel municipal localizado à Travessa Cusco s/n, distrito do Itaim Bibi, com cerca de 462,98 m<sup>2</sup>, pelo valor de R\$ 5.569.990,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, novecentos noventa reais), e ágio de R\$ 9.990,00 (nove mil novecentos e noventa reais) sobre o valor mínimo estipulado

por avaliação imobiliária. A presente alienação objetivou dar função social a um imóvel municipal não utilizado pela Prefeitura, desonerar os cofres municipais e executar a intenção de desmobilização dos ativos desafetados pelo poder legislativo.

## PROJETOS COM CONTRATO EM VIAS DE ASSINATURA EM 2021

### **PARCERIA CEUS**

Em julho de 2021, foi republicado o chamamento público para a celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC), por meio de Termos de Colaboração, para a gestão administrativa dos 12 Centros Educacionais Unificados (CEUs) e oferta de atividades culturais, esportivas, de recreação e de lazer nesses espaços. Os CEUs que integram o projeto foram divididos em quatro blocos, a saber: Centro-Leste; Leste; Norte/Nordeste e Noroeste.

Em dezembro, foi assinado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) o primeiro Termo de Colaboração para os CEUS que integram o Bloco Centro-Leste, que contempla as unidades Vila Prudente (Vila Alpina), Carrão/Tatuapé e Arthur Alvim. A manutenção e limpeza desses espaços também está prevista.

Os CEUs são equipamentos implantados pela Prefeitura, em 2020, que integram esporte, lazer, educação e recreação e estão situados em áreas periféricas do município. Têm a função de contribuir para a redução de desigualdades por meio da oferta de atividades educacionais, culturais e esportivas para a comunidade do entorno.

Cumprir destacar que as unidades educacionais localizadas dentro dos Centros continuarão sob a coordenação da SME.

## **TERMINAIS DE ÔNIBUS URBANOS**

Trata-se de parceria público-privada dos 31 terminais urbanos de ônibus vinculados ao sistema de transporte coletivo de passageiros da Cidade de São Paulo. A PPP contempla, ainda, dois pontos de parada (Clínicas e Eldorado), sete estações do Expresso Tiradentes e quatro corredores de ônibus.

A PPP foi dividida em três blocos de terminais - Noroeste, Sul e Leste, não permitindo a um mesmo licitante levar mais de um bloco e tendo como critério de julgamento, a menor contraprestação a ser paga pela Prefeitura mensalmente.

Realizada em outubro de 2021, a licitação consagrou como vencedores dois consórcios para os blocos Noroeste e Sul. O bloco Leste foi considerado fracassado, uma vez que seu único proponente foi o licitante vencedor do bloco Noroeste.

Por um período de 30 anos, as empresas vencedoras serão as responsáveis pela administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais, que recebem milhares de passageiros diários e custam, hoje, para o Município, aproximadamente R\$ 20,86 milhões por mês.

## **PARQUES PREFEITO MÁRIO COVAS E TENENTE SIQUEIRA CAMPOS (TRIANON MASP) E PRAÇA ALEXANDRE DE GUSMÃO**

Com a licitação realizada em outubro de 2021, no início de 2022, a Prefeitura de São Paulo assinou o contrato de concessão com vigência de 25 anos para a gestão, operação e manutenção dos parques municipais Prefeito Mário Covas e Tenente Siqueira Campos (Trianon) e área adjacente e a Praça Alexandre de Gusmão, localizados nas imediações da Avenida Paulista.

O processo de transferência da gestão dos espaços para a concessionária será feito em dois estágios. No primeiro, com duração de 90 dias, a operação dos parques continuará sob a responsabilidade da Prefeitura, com o acompanhamento da concessionária. Já no

segundo, a concessionária assumirá a operação dos equipamentos concedidos com a assistência e acompanhamento do Município por um período de 180 dias.

O projeto contou com contribuições da população, por meio de consulta e reuniões públicas, e dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Município (TCMSP) e o Ministério Público (MPSP). Com a assinatura desta concessão, São Paulo soma oito parques concedidos à iniciativa privada.

### **BAIXO DO VIADUTO LAPA**

A concessão de uso do Baixo do Viaduto Elias Nagib Breim (Viaduto Lapa) faz parte do Programa de Ativação de Baixos de Viadutos, cuja proposta é transformar o ambiente urbano da Cidade de São Paulo por meio da integração das áreas situadas nos baixos e adjacências com seu entorno imediato, visando a criação de um espaço público de permanência, dotado de condições atrativas necessárias à ativação da área.

Esse modelo de parceria teve como ponto de partida o projeto piloto da permissão de uso do Baixo do Viaduto Pompeia e, na sequência, a concessão de uso do Baixo do Viaduto Antártica.

Com licitação concluída em maio de 2021, a proposta vencedora para a concessão do Baixo do Viaduto Lapa e suas adjacências representou um ágio de 900% em relação ao valor de outorga mínima.

## OUTROS PROJETOS ESTRUTURADOS EM 2021

### **LOCAÇÃO SOCIAL**

De forte repercussão social, esta parceria público-privada de 35 anos na modalidade de concessão administrativa, possui como escopo a construção de moradias voltadas à locação social, com a implantação de três conjuntos habitacionais em terrenos municipais, localizados nos distritos do Bom Retiro, Sé e Pari, totalizando a oferta de 1.750 moradias, e disponibilização de espaços no piso térreo para fins comerciais.

O procedimento licitatório será realizado por meio de concorrência internacional, que terá como critério de julgamento a escolha da melhor proposta que apresente o menor valor de contraprestação a ser paga pela Prefeitura.

Além da construção dos imóveis, caberá à concessionária a prestação dos serviços de moradia, que deverão estar disponíveis em até quatro anos após a assinatura do contrato. Os serviços contemplam a formalização dos contratos de locação, cobrança de aluguéis e a gestão de inadimplência, além do fornecimento de eletrodomésticos e manutenção privativa e predial.

### **CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Em dezembro de 2021, foi aberta a consulta pública para projeto inédito de parceria público-privada objetivando a implantação de infraestrutura voltada à prestação de serviços habitacionais e socioassistenciais para a população em situação de rua.

O projeto prevê a implantação de 1.747 unidades, distribuídas em 15 empreendimentos que serão implantados em imóveis localizados nos distritos da Sé e Santa Cecília e no Tatuapé, em áreas com ampla oferta de serviços públicos e acesso a infraestruturas urbanas.

Mais de 3,7 mil pessoas em situação extrema de vulnerabilidade socioeconômica serão beneficiadas pela PPP de 25 anos, que também prevê a construção de um empreendimento voltado a serviços de refeitório e espaços para atividades educacionais, de lazer, culturais e, ainda, espaços para hortas comunitárias.

As licitações ocorrerão por meio de uma concorrência internacional, na qual o critério de julgamento considerará como melhor proposta, o menor valor de contraprestação a ser paga mensalmente pela Prefeitura em cada lote.

Lote 1: 318 unidades privativas (de 12 a 36 m<sup>2</sup>), distribuídas em três empreendimentos, situadas na Sé e na Santa Cecília, com capacidade para beneficiar mais de 440 pessoas.

Lote 2: 1.389 unidades privativas (de 12 a 36 m<sup>2</sup>) e 40 unidades destinadas à prestação de serviços de acolhimento (de 150 a 320 m<sup>2</sup>), distribuídas em 12 empreendimentos no Tatuapé, com capacidade para beneficiar ao menos 3,3 mil pessoas.

### **LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PARTICULARES NO CENTRO**

Também inédito no Município de São Paulo, o projeto visa buscar imóveis disponíveis na região central, possibilitando agilizar o atendimento às famílias que aguardam moradia digna. Serão considerados imóveis situados na região central que se encontrem desocupados, ociosos ou subutilizados.

Após assinatura dos contratos, as primeiras unidades habitacionais deverão ser disponibilizadas para a Prefeitura em até 180 dias e, o total, em até 315.

A modelagem inicial prevê a locação de cerca de três mil unidades, divididas em cinco lotes, com perímetro delimitado pela Subprefeitura da Sé, além dos distritos do Pari e Brás.

Os imóveis devem apresentar condições físicas adequadas e contar com área útil mínima de 24m<sup>2</sup> e máxima de 70m<sup>2</sup>, incluindo espaço de estar, descanso, banheiro, cozinha e área de serviço.

O gasto estimado da Prefeitura na contratação dos cinco blocos é de cerca de R\$ 4 milhões por mês em contratos de locação com vigência de cinco anos.

### **CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE NOVOS CEUS**

Em novembro de 2021, foi aberto período de consulta pública sobre a PPP, na modalidade de concessão administrativa, para implantação, administração, manutenção e conservação de cinco novos Centros Educacionais Unificados (CEUs) na capital. De inegável relevância social, a parceria com a iniciativa privada pretende dar celeridade à implantação de novas unidades em áreas com alto índice de vulnerabilidade social e elevada demanda por ensino integral, lazer, esporte e cultura.

A proposta prevê a construção de três unidades na Zona Leste, nos distritos de Ermelino Matarazzo, Cidade Líder e Sapopemba, e outras duas na Zona Sul, nos distritos de Cidade Ademar e Grajaú, que deverão estar concluídas em até 24 meses após a celebração do contrato.

Ao todo, a expectativa é que os equipamentos tenham capacidade para atender 12,5 mil educandos, e ofertar ambientes para a realização de oficinas de cultura, esporte e recreação para cerca de 25,5 mil habitantes, contribuindo para a meta municipal de expandir o acesso ao ensino integral.

O licitante vencedor será o participante que apresentar a proposta com o menor valor de contraprestação a ser paga mensalmente pela Prefeitura.



## **MANUTENÇÃO PREDIAL DE UNIDADES ESCOLARES**

Não há dúvidas de que a gestão predial e a manutenção de unidades escolares são atividades essenciais para assegurar o ambiente adequado para os alunos e contribuir para o desempenho escolar.

Em razão dessa importância e da necessidade premente de se proporcionar uma infraestrutura de qualidade nas escolas municipais, em setembro, a Prefeitura de São Paulo abriu chamamento público (PMI) para a realização de estudos, diagnósticos, levantamentos e projetos para auxiliar a Administração Pública Municipal na concepção de soluções inovadoras para futura iniciativa de gestão predial das unidades educacionais das Diretorias Regionais de Ensino São Mateus e Pirituba da Cidade de São Paulo.

## **SISTEMA DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM**

Parceria que tem por objeto a contratação, pela Secretaria Municipal de Educação (SME), de um sistema de gestão de aprendizado que atenda toda a rede municipal de ensino, visando o apoio na capacitação de professores e a recuperação de aprendizagem e ensino híbrido dos alunos.

O procedimento licitatório será realizado por meio de pregão, com habilitação técnica e prova de conceito para que os licitantes demonstrem capacidade de atender as exigências do edital.

Nos dias 1 e 2 de dezembro de 2021, foram realizadas reuniões com potenciais parceiros com o objetivo de levantar dados, sanar dúvidas e discutir as especificações do objeto.

## **CONCESSÃO DE CEMITÉRIOS, CREMATÓRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS**

Trata-se de concessão dos serviços cemiteriais, pelo período de 25 anos, envolvendo a gestão, operação, manutenção, exploração, revitalização e expansão dos 22 cemitérios e do crematório públicos e da prestação dos serviços funerários no Município de São Paulo, além da criação de três novos crematórios.

O edital prevê que o conjunto de equipamentos públicos será dividido em quatro blocos diferentes, assim definidos:

- Bloco 1: unidades Consolação, Quarta Parada, Santana, Tremembé, Vila Formosa I e II e Vila Mariana.
- Bloco 2: unidades Araçá, Dom Bosco, Santo Amaro, São Paulo e Vila Nova Cachoeirinha.
- Bloco 3: unidades Campo Grande, Lajeado, Lapa, Parelheiros e Saudade.
- Bloco 4: unidades Freguesia do Ó, Itaquera, Penha, São Luiz, São Pedro e Vila Alpina (crematório).

Cumprir destacar que todas as gratuidades já garantidas pelas leis municipais permanecerão após a concessão, tanto em relação a sepultamentos quanto a cremações.

## **NAMING RIGHTS EM CENTROS ESPORTIVOS**

Inédito na Cidade de São Paulo, o projeto prevê a cessão onerosa de direito à nomeação (naming rights) de três centros esportivos municipais pela iniciativa privada: o Centro de Esportes Radicais e o Conjunto Esportivo Brasil Japão, ambos no Bom Retiro, e o Centro Esportivo e de Lazer Modelódromo, próximo ao Parque do Ibirapuera.

Com foco na ativação e aumento da oferta de bens e serviços para a população e no incentivo à melhoria da infraestrutura, à realização de eventos e ao auxílio financeiro a atletas e equipes, o projeto de 5 anos concede aos parceiros o direito de acrescentar um sufixo ao nome original e expor a sua marca comercial nas dependências dos equipamentos e nas benfeitorias realizadas.

## **IMPLANTAÇÃO DE USINA FOTOVOLTAÍCA EM ATERRO DESATIVADO**

No escopo do Programa de Energia Limpa Municipal, a Prefeitura de São Paulo lançou consulta pública sobre proposta de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, destinada a viabilizar a implantação, operação e manutenção de fazenda solar, com gestão do serviço de compensação de créditos de energia elétrica, no antigo Aterro Bandeirantes, localizado em Perus, na Zona Norte da Cidade.

A PPP de 25 anos de vigência contratual, que compõe o 3º lote de Geração Distribuída, prevê que nos primeiros 12 meses, o parceiro privado deverá concluir a implantação da central geradora de energia fotovoltaica no aterro sanitário, que está desativado desde 2007, promovendo a produção de 9.285 MWh por ano, por meio da implementação de 5 MW de potência instalada. A cargo da concessionária, também estarão as tratativas junto à distribuidora para conectar a estrutura com a rede elétrica, além dos serviços de operação e manutenção da fazenda solar e a gestão dos créditos gerados.

## **GERAÇÃO DISTRIBUÍDA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (2º LOTE)**

Em agosto de 2021, foi lançado o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para apresentação de estudos de modelagens técnico-operacional, de engenharia e de subsídios para a modelagem econômico-financeira, para implantação, gestão, operação e manutenção de centrais para geração distribuída de energia solar fotovoltaica, bem como para a implantação de medidas de eficiência energética em 775 unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação (SME).

Os estudos foram divididos em dois subprodutos, sendo o primeiro sobre efficientização energética nas unidades da SME e, o segundo, a respeito da implantação, gestão, operação e manutenção de centrais geradoras

### **GLEBA SANTA ETELVINA III B (CIDADE TIRADENTES)**

O projeto de concessão de direito real de uso da Gleba Santa Etelvina III-B propõe o desenvolvimento de uma gleba de propriedade da COHAB com mais de 600 mil metros quadrados localizada no distrito de Cidade Tiradentes, denominada “Santa Etelvina III B”.

A área no entorno da gleba apresenta alta densidade habitacional e demográfica, com expressiva demanda por áreas livres de lazer e centros comerciais e de serviços. Com a concessão, a extensa área, hoje subutilizada, poderá não apenas propiciar lazer aos moradores da região, mas também contribuir para o desenvolvimento local, além de assegurar as áreas de preservação permanente e dos remanescentes de Mata Atlântica existentes na gleba.

Para esse fim, estruturamos uma concessão de direito real de uso. Com edital de licitação publicado em dezembro de 2020, foram estabelecidos à concessionária, como encargos majoritários, o parcelamento da gleba, a instalação de uma área de lazer aberta ao público e de um centro comercial.

### **PROGRAMA DE ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS**

Em 2021, demos continuidade à estruturação da alienação de 15 imóveis, dentro do programa municipal que tem por objetivo alienar ativos imobiliários desocupados parcial ou totalmente pela Prefeitura, a fim de promover uma política urbana fundiária de uso e ocupação do solo que busque o melhor cumprimento da função social dos espaços da Cidade.

### **BAIXO DE VIADUTO GUAIANASES**

Ativar espaços públicos ociosos, integrando-os positivamente com o entorno e transformando o espaço urbano de forma que impacte positivamente na qualidade de vida dos cidadãos. Esse é um dos enfoques do Programa de Ativação dos Baixos de Viadutos, já adotado

nos Viadutos Pompéia, Antártica e Lapa, e que motivou o projeto de permissão de uso de áreas situadas nos baixos e adjacências do Viaduto Deputado Antônio Sylvio Cunha Bueno (Viaduto Guaianases), no Município de São Paulo.

## **SANITÁRIOS E BEBEDOUROS PÚBLICOS**

É inegável a necessidade de aumentar o número de sanitários fixos e bebedouros públicos disponíveis à população em diversos pontos da cidade, como medida essencial de higiene e limpeza urbana e em prol do bem-estar, saúde, segurança e conforto da população em trânsito nas ruas da nossa metrópole.

Para isso, estruturamos o primeiro lote do projeto de concessão para a confecção, instalação e manutenção de 200 sanitários fixos públicos e 200 bebedouros a serem espalhados na Cidade de São Paulo.

O período de consulta pública ocorreu de agosto a outubro de 2021, e recebeu diversas contribuições da sociedade civil e de interessados. A audiência pública contou com a participação de interessados e de servidores do Tribunal de Contas do Município (TCMSP).

De acordo com o modelo estruturado, o parceiro privado será responsável pela instalação, limpeza, manutenção e operação desses equipamentos ao longo de 10 anos, além do pagamento da outorga fixa. Como contrapartida, terá direito de explorar um painel publicitário em cada um dos sanitários, que deverão ser implantados em locais com grande circulação de pessoas, como pontos turísticos, equipamentos públicos e áreas com elevada densidade demográfica.

## 2.2. NOSSA MAIS NOVA ÁREA – GESTÃO DE CONTRATOS DAS PARCERIAS

Em agosto de 2021, foi criada a mais recente área da Companhia – a Gestão de Contratos das Parcerias, que tem como finalidade apoiar a fiscalização e o gerenciamento da execução dos contratos firmados entre a municipalidade e os parceiros privados, a fim de verificar o cumprimento de todos os requisitos legais, editalícios e contratuais pactuados.

O papel da GCP, portanto, relaciona-se à materialização do projeto idealizado e firmado em prol da sociedade para a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários em geral, apoiando o Poder Concedente em reuniões e vistorias com as concessionárias e parceiros privados, auxiliando a fiscalização da execução das obrigações contratuais, dos cronogramas e das obras dos contratos já assinados.

Com expertise técnica, mais uma vez demonstramos nosso exponencial crescimento, inovando no propósito de alavancar a utilização dos instrumentos jurídicos disponíveis, a fim de aprimorar o desempenho da operação estatal e incrementar a oferta, a eficiência e a qualidade dos equipamentos e serviços ofertados aos munícipes, desde a sua incipiente estruturação e modelagem até o acompanhamento da execução contratual e concretização dos projetos conforme idealizados.

## 2.3. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

### 2.3.1. AMPLIAÇÃO DO NOSSO FIRME COMPROMISSO COM A ÉTICA E A INTEGRIDADE – NOSSO COMPLIANCE

Em mais um ano, demos seguimento ao aprimoramento contínuo do nosso Programa de Integridade e Boas Práticas (PIBP) e do nosso Sistema de Gestão Antissuborno (SGAS), aplicando-os nos termos dos seus pilares e objetivos e realizando o seu constante monitoramento, bem como treinamentos, comunicações e onboardings de integridade. Também o nosso Comitê de Ética e Conduta manteve a sua firme estrutura e atuação.

Em 2021, atualizamos a avaliação de riscos dos processos das áreas meio e fim e apresentamos, à Controladoria Geral do Município (CGM), o nosso Plano de Trabalho de Controles Internos e o nosso Relatório de Atividades Anual, nos termos exigidos pela legislação em vigor. Também aprovamos a nossa Política de Privacidade e Proteção de Dados em consonância com a LGPD.

Além disso, conquistamos importantes patamares e selos nos quesitos transparência, diversidade e combate à corrupção como: a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção em avaliação realizada pelo Instituto Ethos; a renovação da nossa admirada Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno; mantivemos nossa categoria de “muito elevada transparência ativa” na avaliação realizada pela Controladoria Geral do Município (CGM), permanecendo como nota 10 no ranking do Índice de Transparência Ativa (ITA); firmamos nossa participação no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) – iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), executada pela Rede de Controle da Gestão Pública; e por fim, com muita satisfação e orgulho, recebemos o Selo Igualdade Racial concedido pela Coordenação de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

### 2.3.2. GESTÃO DE RISCOS – PASSIVOS CONTINGENTES

Além de todos os mecanismos supracitados, cumpre destacarmos a responsabilidade institucional da São Paulo Parcerias no cumprimento das normas cíveis, trabalhistas e tributárias. As informações sobre os passivos contingentes e a classificação dos respectivos riscos em remoto, provável ou possível são elaboradas e constantemente revisadas pelo nosso Jurídico e informadas à nossa Área Contábil, Orçamentária e Financeira para eventual provisionamento. Nesse contexto, salientamos que encerramos 2021 sem qualquer ação judicial em andamento que envolva a Companhia, ou seja, nossos passivos contingentes encontram-se zerados.

## 2.4. FATORES DE RISCO

Consideramos como fatores de risco capazes de afetar as nossas atividades:

1. Perda de profissionais para o mercado: a ampla gama de projetos estruturados pela Companhia promove oportunidades enriquecedoras de desenvolvimento profissional aos nossos colaboradores, contribuindo inegavelmente para a sua atratividade para o mercado privado, que está em condições mais favorecidas de proporcionar salários e benefícios competitivos.
2. Incerteza sobre futuras concessões de espaços públicos, em razão da possibilidade de retorno das restrições de uso de espaços públicos pelos municípios em virtude de agravamento da pandemia de COVID-19: as medidas de restrição de circulação impostas pelas autoridades sanitárias para contenção e enfrentamento da pandemia reduziram a circulação de pessoas nos espaços públicos, como parques e locais de eventos, afetando a aferição de receitas pelas concessionárias nos contratos em curso durante as quarentenas, o que pode voltar a ocorrer.
3. Incertezas decorrentes das crises econômica, social e sanitária ocasionadas pela pandemia de COVID-19: apesar do processo de reabertura da economia, cessação dos isolamentos e quarentenas e contenção do vírus, é certo que os impactos de natureza econômica ainda são sentidos pelos mais variados segmentos da iniciativa privada, o que pode impactar na capacidade de investir, principalmente a longo prazo, em contratos com o poder público. Assim sendo, ainda consideramos que tal risco por afetar a atração de novos parceiros para os projetos de concessão e PPPs. Em contrapartida, é cediço que o cenário de enfrentamento da pandemia demandou um maior direcionamento dos recursos governamentais para gastos emergenciais nas áreas social e de saúde pública, criando desafios para o Estado em sua capacidade de investimento em melhorias em outras áreas, o que sinaliza a imprescindibilidade da nossa atuação como instrumento de pactuação e fiscalização de projetos de infraestrutura com os particulares e consequente melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos.



## 2.5. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E DESEMPENHO

Temos plena consciência e respeito com a aplicação dos recursos públicos, cientes da nossa responsabilidade na geração e distribuição de valor para a sociedade. Nesse contexto, não medimos esforços no aperfeiçoamento das nossas atividades, controles e otimização da utilização desses bens. Em 2021, apresentamos um aumento de 14% em nossas receitas operacionais, sendo que as decisões estratégicas da administração possibilitaram que a Companhia auferisse um lucro de R\$ 1.475.597,67, o que representou um aumento de mais de 113% em relação ao ano anterior.

### 2.5.1. GERAÇÃO DE VALOR

É de conhecimento notório que nossa razão de ser está diretamente relacionada à promoção do bem-estar socioeconômico da população paulistana. Além disso, satisfatoriamente, salientamos que as nossas atividades também geram valor à sociedade por meio de tributos recolhidos ao Poder Público, bens e serviços adquiridos de fornecedores, salários e benefícios pagos aos nossos colaboradores, além de doações que realizamos à título de incentivo fiscal. No ano de 2021 recolhemos aos cofres públicos o valor total de R\$ 2.369.228, sendo R\$ 1.688.726 ao Governo Federal e R\$ 678.529 ao Governo Municipal. Realizamos, ainda, doação no valor de R\$ 1.973, sendo R\$ 986,68 ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) e R\$ 986,68 ao Fundo Municipal do Idoso (FMID), a título de incentivo fiscal, conforme previsto nas Leis Federais nº 12.594/12 e nº 12.213/2010 e no Decreto Municipal nº 59.098/2019.

Sendo o investimento em capital humano com expertise o nosso principal insumo, em 2021, investimos R\$ 8.960.887 por meio do pagamento de salários, pró-labore, INSS, benefícios e FGTS. No que concerne à nossa Área de Aquisições e Gestão de Contratos, ressaltamos que a economicidade e o comportamento ético e íntegro alicerçam fielmente os nossos contratos internos, nos termos do nosso Programa de Integridade e Boas Práticas.

## 2.6. ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da legislação societária, a estrutura corporativa da São Paulo Parcerias é composta pela Assembleia Geral dos Acionistas, pelo Conselho de Administração, pelas Diretorias Executivas e pelo Conselho Fiscal. A observância da capacidade técnica e a reputação ilibada na nomeação dos seus membros cabem ao Conselho Municipal de Administração Pública (COMAP). A capacidade técnica dos administradores é comprovada pela experiência profissional e pela formação acadêmica compatível com o cargo para o qual são indicados, devendo ainda serem observados critérios de diversidade e complementariedade de experiências como requisitos para a composição global dos órgãos de administração. Os Conselheiros e Diretores da SP Parcerias recebem remuneração fixa conforme orientação específica emitida pela Junta Orçamentário-Financeira e pelo Acionista Controlador, a saber: i) Conselho de Administração: R\$ 6.000,00 mensais; ii) Conselho Fiscal: R\$ 3.000,00 mensais, e iii) Diretoria: R\$ 19.500,00 mensais para o Diretor-Presidente e R\$ 18.500,00 para os demais Diretores, acrescidos de 2,5 salários *pro rata temporis*.

Em atendimento à legislação municipal de governança e com base nos ditames da Lei das Estatais, no ano de 2021, também foi realizada a avaliação anual de desempenho dos nossos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e do Conselho Fiscal. O objetivo da avaliação foi a verificação do cumprimento das funções e das responsabilidades aceitas conforme a lei e o estatuto, garantindo-se, assim, a efetividade da atuação dos órgãos e seus respectivos membros, permitindo a prestação de contas e o aperfeiçoamento da governança da Companhia.

## 2.7. ESTRUTURA SOCIETÁRIA E DE CONTROLE

A SP Parcerias foi constituída, em 8 de fevereiro de 2010, por meio da Assembleia Geral de Constituição (Registro JUCESP nº 35300377290), tendo o seu capital social subscrito em R\$ 20 milhões divididos em mesmo número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Nesse contexto, o Poder Executivo Municipal possui 99,99% das ações da Companhia, sendo o seu acionista majoritário e detendo o poder de controle.

## 2.8. NOSSOS RELACIONAMENTOS E NOSSO MODO DE FAZER NEGÓCIO

### 2.8.1 NOSSOS *STAKEHOLDERS* E NOSSO DIÁLOGO

A construção do relacionamento institucional com nosso público de interesse é alicerçada por sistemas estruturados de governança corporativa, de compliance e de gestão antissuborno que imprimem esforços de atuação fundamentados nos princípios da ética, da transparência, da equidade, da prestação de contas (accountability) e da responsabilidade corporativa. Consideramos os munícipes o nosso principal stakeholder justamente por vir deles a fonte primária do aporte de capital da Companhia, bem como por serem eles os destinatários finalísticos da nossa atuação, sendo o impacto positivo do nosso trabalho na sociedade o que nos inspira e nos motiva.

A fim de viabilizar tal construtivo diálogo, contamos com:

- ✓ CANAL INSTITUCIONAL E OUVIDORIA: em prol da transparência com a população e partes interessadas, disponibilizamos nosso canal institucional (spparcerias@spparcerias.com.br), bem como nossa ouvidoria (ouvidoria@spparcerias.com.br).
- ✓ SITE: também dispomos de um website (<http://www.spparcerias.com.br>) constantemente atualizado e monitorado, com vistas à comunicação transparente e tempestiva sobre os nossos projetos, divulgação dos nossos instrumentos de governança corporativa, do nosso Código de Conduta e Integridade, das nossas informações financeiras, entre outras.
- ✓ REDES SOCIAIS: dentro da viabilidade legal, mantivemos nossa presença nas redes sociais, com destaque para o LinkedIn, onde publicamos informações sobre os nossos projetos e nossas ações institucionais, atingindo, em 2021, o patamar de 3.338 atentos seguidores.

## 2.9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nossa estrutura organizacional contempla até cinco Diretorias, sendo uma ocupada pela Presidência. Sob a subordinação das Diretorias, encontram-se as Gerências e suas respectivas equipes. A Superintendência Jurídica e a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos – o nosso Compliance, reportam-se diretamente ao Diretor-Presidente e dispõem de autonomia e responsabilidades próprias.

## 2.10. NOSSO CAPITAL HUMANO E INTELECTUAL

### 2.10.1. DIVERSIDADE

Em 2021, tivemos a honra de realizar os seminários virtuais “Cidade de São Paulo: Políticas para Mulheres”; “Diversidade em Foco”; e “Equidade Racial, Justiça e Políticas Públicas”, com a participação de todos os nossos colaboradores e diretores, firmando o compromisso da SP Parcerias de valorizar a diversidade e assumir o comportamento ativo de combater toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e assédio, incentivando um ambiente de trabalho inclusivo e integrativo, por meio de ações que se voltam ao oferecimento de oportunidades igualitárias a todos.

### 2.10.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR

A equipe da SP Parcerias destaca-se pela elevada qualificação, multidisciplinariedade e diversidade das áreas de atuação de seus profissionais, sendo atualmente formada por advogados, economistas, engenheiros, arquitetos, administradores, contadores e atuários. Dentre os profissionais que compõem o nosso corpo técnico, 18% possuem curso de pós-graduação, MBA ou extensão e 15% são mestres, mestrandos, doutores ou doutorandos.

### 2.10.3. CLIMA ORGANIZACIONAL

A transparência, o respeito, a probidade, a postura profissional e ética e o comprometimento com os resultados são traços marcantes da nossa liderança e dos nossos colaboradores. Conforme enfatizado, valorizamos a diversidade e assumimos o comportamento ativo de combater toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e assédio e incentivamos um ambiente de trabalho inclusivo e integrativo, por meio de ações que se voltam ao oferecimento de oportunidades igualitárias com aplicação de critérios essencialmente objetivos, tendo o mérito, a técnica e o comportamento como bases dos processos de contratação, remuneração, progressão e promoção, com o acompanhamento por meio de avaliações de desempenho semestrais e feedbacks constantes.

### 2.10.4. TREINAMENTOS, CAPACITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Também são destaques os programas de treinamento e de capacitação e certificação da Companhia. Prezamos pela excelência na estruturação dos nossos projetos e temos como premissa básica o reconhecimento profissional por meio da competência técnica, da entrega de resultados e das habilidades interpessoais dos nossos colaboradores. Dessa forma, investimos fortemente em atividades de treinamento, capacitação e formação, o que gera benefícios que se traduzem no resultado da Companhia, na qualificação dos nossos colaboradores, no retorno para os acionistas e na qualidade dos projetos entregues à sociedade.

Neste contexto, cite-se o nosso Programa de Treinamento Anual que, em 2021, viabilizou a participação de 18 colaboradores como palestrantes, 5 convidados externos, somando 24 seminários apresentados internamente, os quais envolveram os mais diversificados temas de relevância aos negócios e atividades da SPP seja nas áreas de projetos, administrativa, compliance, diversidade e saúde ocupacional – todos com participação e apoio efetivo da alta direção. Também em 2021, lançamos edital de chamamento público de credenciamento para instituições de ensino firmarem parceria gratuita com a Companhia, com a finalidade de ofertar descontos e outras vantagens destinadas à melhoria da qualificação dos nossos colaboradores.

### 2.10.5. SAÚDE E SEGURANÇA DOS NOSSOS COLABORADORES

Efetivamente prezamos pela saúde e segurança dos nossos colaboradores cumprindo a legislação trabalhista, incluindo a NR-7 e a NR-9 do Ministério do Trabalho, com a atualização anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). No ano de 2021 também mantivemos as ações voltadas à prevenção da COVID-19, com adoção do regime de trabalho misto – o trabalho em home office permaneceu, sendo comparecimento presencial realizado em revezamento entre as equipes, nos momentos favoráveis e conforme permitido pelas autoridades sanitárias. Não obstante, a interação entre as equipes foi mantida nas reuniões de presidência e nos treinamentos virtuais, sendo, inclusive, realizado, em julho, o seminário “Conversa Sobre Saúde Mental” ministrado por psicóloga convidada e contando com a participação de todos.

Nesse contexto, importante salientar, em mais um ano, a efetividade do nosso Plano de Retomada e Enfrentamento da COVID-19, cujas medidas incluem o distanciamento social; a intensificação da higiene e limpeza; o monitoramento das condições de saúde dos colaboradores que se fizerem presentes; a fiscalização e a constante comunicação; a reabertura e fechamento da sede conforme as ordens governamentais emanadas ao longo do período; e a verificação da vacinação dos colaboradores. Tudo com vistas ao retorno seguro às atividades presenciais e prezando também pela saúde psicológica e o bem-estar de todos.

### 2.11. NOSSA BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO

Tendo como norte a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, mas sem perder de vista a preservação da saúde dos nossos colaboradores e seus familiares, conforme já enfatizado, mantivemos o trabalho em home office com comparecimento presencial em revezamento entre as equipes, sempre pautados nas normas expedidas pelas autoridades governamentais no que tange aos cuidados e protocolos sanitários e constantemente atualizando o nosso Plano de Retomada e Enfrentamento da COVID-19. Ainda que à distância, nossos colaboradores mantiveram-se conectados, realizando suas entregas com a mesma dedicação e perfeição técnica do trabalho

presencial. Além disso, a interação entre as equipes também foi mantida nas reuniões de presidência e treinamentos virtuais realizados, periodicamente ao longo de 2021, com a participação de todos.

Para viabilizar tudo isso com maior eficácia e eficiência, salientamos que foi estruturada área interna especializada nos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), incluindo serviço de Help Desk. Somado a isso, houve melhoria significativa do nosso parque tecnológico e avanço em segurança da informação e de dados, com realização de pregão eletrônico para locação de notebooks novos e mais avançados, bem como reestruturação da sede, incluindo salas de reuniões com dispositivos de som e imagem para reuniões virtuais – tudo com vistas a melhorar ainda mais a prestação dos nossos serviços em prol da efetiva concretização dos projetos de concessões e parcerias público-privadas em respeito ao desenvolvimento econômico e social do município de São Paulo.

### 3. APROVAÇÃO

---

A presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada por nossa Diretoria Executiva Colegiada e por nosso Conselho de Administração, em 21 e 28 de março de 2022, respectivamente.

**Maíra Madrid B. da Silva**

Diretora

**Mariana Moschiar Almeida**

Diretora

**Edson Aparecido dos Santos**

Conselheiro

**Eduardo de Castro**

Conselheiro

**Vanessa Pacheco de Souza Romão**

Diretora

**Rogério Ceron de Oliveira**

Diretor-Presidente

**Gustavo Garcia Pires**

Conselheiro

**Juan Manuel Quirós Sadir**

Conselheiro

**Luiz Alvaro S. A. de Menezes**

Conselheiro

**Mariana Matteucci Doher**

Conselheira

**Rubens Naman Rizek Junior**

Presidente do Conselho de Administração